



MUSEU DO ALJUBE
RESISTÊNCIA
E LIBERDADE

EGEAC

LISBOA A PARTIR DO ALJUBE

OS CLANDESTINOS

Um itinerário pelas casas clandestinas
do período da ditadura

Textos de Apoio



**«O que era a clandestinidade?
A clandestinidade não era mais
do que a passagem ao anonimato,
com o objetivo de nos furtarmos às
perseguições da PIDE e podermos
com mais facilidade lutar contra
o fascismo, contra Salazar e a sua
camarilha.»**

(Aida Magro in Rose Nery Nobre de Melo, *Mulheres Portuguesas na Resistência*, Lisboa, Seara Nova, 1975, p. 140.)

A CASA CLANDESTINA

MEMÓRIAS

(MARQUES, J. A. Silva, «Relatos da Clandestinidade – O PCP visto por dentro», Lisboa, Ed. Jornal *Expresso*, 1976, pp. 300-302)

«As “casas do Partido” eram as casas alugadas clandestinamente e habitadas pelos quadros clandestinos do Partido Comunista.

(...) A regra era o clandestino alugar a sua própria “instalação”. A direção designava-lhe uma área dentro da qual poderia procurar casa e seria nessa área que ele teria de a encontrar. Se se viesse a concluir ser impossível, a direção designava-lhe uma outra área. De qualquer modo, era sempre dentro duma área previamente delimitada pela direção que o clandestino teria de encontrar uma casa para habitar. Isto para se evitar que por coincidência ficassem instalados na mesma zona, até na mesma rua, dois ou mais funcionários, com todos os inconvenientes daí resultantes, sobretudo no caso duma ação de vigilância pessoal.

No aluguer da sua casa, o clandestino procedia como qualquer outra pessoa. Só com a diferença de que se socorria de elementos de identificação falsos.

Mas havia uma dificuldade suplementar: era o problema do fiador. Ao clandestino não convinha dar um fiador para o aluguer da casa, até porque lhe era muito difícil encontrá-lo. Pessoa sua conhecida, não podia ser, pois ficaria a saber onde ele residia. Pessoa que não fosse sua conhecida, muito dificilmente aceitaria ser seu fiador.

Para ultrapassar a dificuldade, o funcionário socorria-se quase sempre de dar em compensação ao senhorio mais alguns meses de caução do que os habitualmente exigidos.

Mas os senhorios eram curiosos e desconfiados, fazendo todo o tipo de perguntas. Por isso, o aluguer duma casa era das coisas mais desagradáveis e difíceis para o clandestino principiante. Ao fim duns anos, passava a ser uma rotina, e de tanto se inventar his-

tórias e justificações, já se tinha todo um esquema de tipos de justificações que se manuseava com relativa facilidade, ajustando a cada situação o tipo de história mais adequado.

Difícil era também tratar do recheio da casa. Tanto mais que normalmente o clandestino se via na necessidade de alugar as casas mais caras. Porque as mais baratas já tinham sido alugadas pelas pessoas que de há muito as vinham procurando.

Sendo a casa de renda cara, punha-se o problema de conciliar o recheio com a renda. Pagar uma renda alta, e ter meia dúzia de trastes, podia tornar-se notado. A solução mais corrente era compor em conformidade a sala de entrada. Isso permitia abrir a porta e deixar entrar os olhares sempre curiosos da vizinhança, sem correr o risco de a «miséria» notada passar a ser objeto das conversas, reflexões e interrogações gerais.

Algumas vezes, procurava-se garantir melhor a serenidade dos espíritos, falando da mobília que se havia deixado a guardar em casa da família, antes de se mudar, por razões da atividade profissional, pois mudanças, quando as mobílias são de boa qualidade e caras, são sempre de evitar, há sempre riscos de partir ou riscar qualquer coisa.

O ideal como casa clandestina era a vivenda isolada, mas próximo ou mesmo dentro duma aglomeração urbana já importante. Coisa raríssima de encontrar.

O extremo oposto, era a habitação numa aldeia ou zona rural. Porque o isolamento era grande, os movimentos muito facilmente notados e o contacto com os vizinhos difícil de evitar e de conservar a uma distância conveniente.

O prédio com bastantes andares era ainda o preferível e o mais fácil de encontrar. Sobretudo em zonas de população bastante flutuante.»

(Joaquim Pires Jorge, *Com uma imensa alegria. Notas autobiográficas*, Lisboa, Editorial «Avante!», 1984, pp. 46-47)

«Os que vivíamos na clandestinidade, tínhamos de cortar com tudo, com a família, com as coisas mais simples da vida no dia-a-dia das outras pessoas – ir a um cinema, comprar um jornal, tomar um café, ler um livro.

Durante muitos anos, vivemos ligados aos meios camponeses. Arranjávamos pretextos para alugarmos uma casa numa aldeia: dizíamos que íamos para lá porque estávamos doentes, ou porque a mulher estava doente, e íamos apanhar ares, ou éramos caixeiros-viajantes. Vivíamos numa aldeia seis meses ou um ano, depois mudávamos para outra aldeia.

Mas, entretanto, a polícia apercebeu-se de que nós vivíamos nas aldeias e enviou circulares a todas as câmaras municipais: indivíduos que aparecessem pelas aldeias a alugar casas e que não fossem conhecidos, eles que não fizessem ondas mas que comunicassem o caso à polícia. Isso levantou-nos problemas e colocou-nos perante a necessidade de fazer uma viragem. Ir para as cidades e fundir-nos com a população citadina.

Mas como é que nós tínhamos dinheiro para ir viver para a cidade, alugar casas, arranjar roupas condizentes, assumir a aparência de um agente técnico, ou de um engenheiro, ou de um doutor, deixar de andar de bicicleta para passar a andar de táxi? Grandes sacrifícios nós fizemos com a ajuda de muitas organizações e de muitos camaradas, sobretudo dos intelectuais, para arranjar dinheiro que desse para esta viragem. Claro que, para além desta nova aparência, mantínhamos o nível de vida que tínhamos antes. As mobílias eram trastes comprados nos ferros-velhos e caixotes, e tínhamos de fazer mudanças ao lusco-fusco para não dar nas vistas.»

(Joaquim Gomes, *Estórias e emoções de uma vida de Luta*, Lisboa, Editorial «Avante!», 2001, pp.74-76)

«Embora camaradas mais experientes dissessem que alugar casa se fazia com uma perna às costas, a verdade é que, nos primeiros tempos e mesmo depois, tal tarefa deixava os cabelos em pé sempre que era necessário concretizá-la. É evidente que as dificuldades resultavam não somente da falta de experiência de tal ou tal camarada, mas também dos alugadores, que podiam ou não ser gente boa (alguns até ajudavam a resolver problemas por vezes difíceis, como o dos fiadores, etc.) (...).

Evidentemente que não havia nenhum manual de regras que pudesse dar respostas a todas as situações que iam surgindo na vida clandestina de cada funcionário do Partido. Mas é certo que havia uma enorme acumulação de experiências que iam passando de camarada para camarada e que era de máxima importância conhecer. Porém, aqui mais que em muitas coisas na vida, as situações nunca eram em tudo absolutamente iguais, por isso as respostas também o não podiam ser. No caso do aluguer duma casa, era necessário, entre outras coisas, dar uma profissão e esta não podia deixar de ter em conta o local para onde se ia viver. Apresentar-se como quadro técnico, por exemplo, quando se pretendia alugar casa num bairro popular, podia

chamar a atenção das pessoas. Do mesmo modo, dificilmente passaria despercebido tentar alugar casa num bairro de apartamentos dando a profissão de trolha!

Também podia dar nas vistas e até criar problemas dizer-se originário duma região e dela não conhecer nada – hábitos, falas, gastronomia, etc. (...)»

FONTES

(PIDE/DGS, SC SR 1098/60, NT 3004, fls. 7-10)

«Cópia de uma circular confidencial da PIDE a diferentes entidades policiais acerca do comportamento mais usual da vida em clandestinidade de forma a facilitar a detenção dos evadidos

Circular 76 - SR

Confidencial

Exmos Senhores,

A todas as dependências da Pide, Comandantes distritais da PSP, Polícia de Viação e Trânsito, polícia Judiciária, Intendência Geral dos Abastecimentos, Comandante Geral da PSP e Comandante Geral da Legião Portuguesa

Tenho a honra de enviar fotografias dos indivíduos abaixo identificados, os dez primeiros todos "funcionários" e "membros" dirigentes do chamado "partido comunista português", evadidos na noite de 3 do corrente mês, da Cadeia do Forte de Peniche, e o último, soldado da GNR em serviço naquele estabelecimento prisional, desaparecido do local onde se encontrava de posto, e de rogar a V. Ex^a se digne ordenar que sejam tomadas as necessárias providências no sentido de serem recapturados os evadidos.

(...)

Aproveita-se a oportunidade para informar que os indivíduos que vivem na "ilegalidade" como "funcionários" e "dirigentes" do citado "partido comunista português", no número

dos quais se contam os evadidos, costumam instalar-se nos pequenos e grandes meios, da forma seguinte:

1º Fazendo uso de falsa identidade que comprovam com bilhetes de identidade que são preenchidos em impressos legais, contendo a sua fotografia e impressão digital. Tanto os elementos de identificação como o selo branco e chancela do Diretor do Arquivo, são falsos.

2º Como sucede muitas vezes, os senhorios exigem fiador. Para obstar a esse inconveniente, costumam oferecer 4 ou 6 meses de caução, além dos dois meses de renda adiantada, alegando não conhecerem no local, qualquer pessoa que os abone.

Se o senhorio se contenta com o reconhecimento da assinatura no contrato, não hesitam e abrem sinal no notário mais próximo, utilizando como testemunhas, indivíduos que de boa fé e muitas vezes atendendo ao próprio senhorio, não hesitam em abonar a falsa identidade dos alugadores.

3º Geralmente é um casal que se instala. O marido alega sempre exercer uma profissão que justifique a sua saída da terra onde se instalou, como por exemplo, negociante de artigos que se não vendam na localidade, caixeiro viajante, engenheiro, etc.

4º A mulher faz as compras sempre a dinheiro.

5º Não recebem correspondência pelo correio, a não ser alguns que, fazendo uso da sua falsa identidade, apenas recebem por assinatura, os jornais "O Século" ou "O 1º de Janeiro", conforme a localidade fica situada ao Sul, Centro ou Norte do País. Os que não recebem por assinatura compram diariamente aqueles jornais, pois a sua leitura é obrigatória. Subentende-se que os que estão instalados no Norte adquirem o "O Primeiro de Janeiro" e os do Centro e Sul, o "O Século".

6º Quando na casa existem dois homens e uma mulher ou dois casais, o excedente do casal alugador, é sempre apresentado à vizinhança, como família.

7º Nos meios rurais ou vilas, usam bicicletas ou ciclomotores com chapa de licença passada em Câmara Municipal diferente da que respeita ao local onde se instalaram.

8º A mulher tem sempre uma função de vigilância constante aos arredores da casa, sem sair à rua, utilizando para isso, as janelas e por detrás das cortinas.

As casas alugadas - quase sempre andares altos - ficam

sempre nos extremos dos quarteirões, de preferência, finais de rua que deitam para o campo, ou princípio de rua, desafogada do lado oposto, por forma a permitir uma vigilância perfeita.

Sempre que possível, em meios mais pequenos, procuram casas isoladas e em pontos altos, de onde dominem à distância, todos os acessos.

9° De uma maneira geral, compram na localidade ou proximidades, as peças de mobiliário indispensáveis à sua instalação, incluindo sempre, divãs para dormir. Mesmo no caso de adquirirem mobília de quarto, compram sempre mais um ou dois divãs, a contar com as "visitas". Quando se mudam e saem da localidade tratam de vender todo o mobiliário, levando somente malas e embrulhos.

10° A mulher do casal instalado costuma também pedir numa loja que possua telefone e onde faz então as suas compras, o favor de a mandar chamar sempre que alguém telefone para um nome que indica.

Alega, que seu marido andando em viagem, gosta sempre de saber como passa, e por outro lado, pode ser também alguma pessoa de família, amigo ou cliente do marido que tenha de lhe falar.

11° A mulher pode ir a casa de qualquer vizinha com quem se relacione, mas em sua casa não deixa entrar qualquer pessoa estranha. Quando forçada, não passa da casa de entrada.

12° A presença de automóveis na localidade ou proximidades, de noite, com indivíduos que se dirijam para essas casas ou se "encontrem" com os residentes em locais escuros, pode ser indicação da existência de "casal instalado" nas condições indicadas.

13° Não é hábito os habitantes dessa casa, frequentarem cafés, cinemas, tabernas ou qualquer lugar público de recreio.

Geralmente, entram em casa e já não saem e quando saem é para fora da terra.

14°. Costuma-se apresentar à vizinhança umas razões que justifiquem a falta de convivência, de tal maneira singelas, que são sempre acreditados.

(...)

A Bem da Nação,

Lisboa, 4 de Janeiro de 1960,

O Diretor»

TIPOGRAFIAS

(«Entrevista a Sérgio Vilarigues», *Avante!*, suplemento 50 anos do *Avante!*, 12/2/81)

Não era por acaso que a polícia política centrava parte dos seus esforços em descobrir e assaltar as tipografias, pois elas eram o centro nevrálgico da nossa ação de massas, de onde saíam não só o «*Avante!*» como também «*O Militante*», outras publicações, manifestos, tarjetas, etc. Quando a PIDE conseguia assaltar uma tipografia inundava logo os jornais com notas oficiosas gritando que tinha posto fim à «subversão». Mas acontece que, nomeadamente a partir de certa altura, nós tínhamos mais do que uma tipografia operacional, e quando uma caía logo outra entrava em funcionamento. (...)

A tipografia era uma casa normal, onde dois ou três camaradas viviam uma vida aparentemente normal que servia de cobertura à sua real atividade de tipógrafos clandestinos. Quanto aos processos técnicos utilizados, o método artesanal dos anos quarenta foi praticamente o mesmo que perdurou até 1974, se bem que tenha havido sucessivos aperfeiçoamentos. (...)

Um dos principais problemas que nós tínhamos nas tipografias era, como se compreende, o do barulho. Com esses tais aperfeiçoamentos, nós chegámos a um ponto em que estávamos em condições de montar uma tipografia em qualquer lugar, mas a questão do prelo a funcionar persistia, e tivemos de desenvolver grandes esforços para a resolver. Outro problema era o peso dos materiais, o que dificultava enormemente o trabalho em si, mas também a mudança de tipografias de uma casa para a outra, quando por razões de segurança essa mudança se tornava necessária. No que se refere ao prelo, por exemplo, que durante muito tempo era de ferro, conseguimos que passasse a madeira. (...)

O «*Avante!*» começou por ser impresso em papel normal, mas depois verificou-se a vantagem, nomeadamente por questões de transporte e de defesa, em adotar um papel mais fino. Mas, claro, não era fácil chegar a uma loja e comprar grandes remessas de papel bíblia. (...)

Às vezes há a ideia de que havia uma redação, no sentido estrito do termo. Não era assim. A direção do Partido – primeiro o Secretariado, mais tarde a Comissão

Executiva do Comité Central – era diretamente responsável pelas tipografias e pela feitura do jornal, o que não quer dizer que não houvesse – e havia até bastante – colaboração escrita de outros camaradas, nomeadamente responsáveis por esta ou aquela frente de trabalho. É evidente que para além desta responsabilidade coletiva havia geralmente um camarada mais diretamente responsável por esta tarefa – e o primeiro tipógrafo, a seguir à reorganização, foi o José Gregório, ainda que por pouco tempo.

(...)

Já no meu tempo o «Avante!» era geralmente feito em mais de uma tipografia (...). Não era ainda a fase da «regionalização» - tipografia no Norte, no Sul e outra aqui em Lisboa, que sobretudo o perigo nos transportes impôs, mas que só no princípio dos anos 60 se concretizaria. No entanto, o Partido tinha há muito mais que uma tipografia onde, mesmo que lá não se fizesse sistematicamente o «Avante!», tudo estava preparado para o fazer como recurso: havia o prelo, o cabeçalho, o papel adequado. Se uma tipografia caía, havia sempre uma outra para «agarrar o testemunho». Só assim foi possível manter a publicação do «Avante!» desde 1941 sem interrupção.»

BIOGRAFIAS

Francisco de Oliveira (Pavel)

Nasce a 29 de outubro de 1908, em Lisboa. Ingressa na Federação das Juventudes Sindicalistas, a qual virá a abandonar, ingressando na Federação das Juventudes Comunistas Portuguesas e no PCP. Operário no Arsenal da Marinha desde os 11 anos de idade, priva com Bento Gonçalves. Preso em março de 1933, a 3 de setembro do mesmo ano consegue evadir-se a partir do sanatório da Ajuda, tendo fugido para Espanha e daqui para a Rússia, fixando-se em Moscovo. Em 1935 participa como delegado ao VII Congresso da Internacional Comunista. Regressa a Portugal em 1937, passando à clandestinidade. Após a deportação de José de Sousa e Bento Gonçalves para o campo de concentração do Tarrafal, ascende à direção do secretariado do PCP. A 10 de Janeiro de 1938 é preso na casa ilegal na rua da Beneficência, nº 180 – 3º andar. Por motivos de saúde, baixa à enfermaria da Cadeia do Aljube, a fim de fazer um tratamento pulmonar, pondo-se em fuga com a ajuda de um enfermeiro. Segue para Paris, com destino à União Soviética. A suspeição sobre as condições em que ocorreu a fuga levaram ao seu afasta-

mento por parte da IC. Em Abril de 1939 segue para o México, já sob a identidade de António Rodriguez Diaz, obtendo a nacionalidade mexicana em 1941. No México desenvolverá uma intensa atividade como jornalista, escritor, professor e crítico de arte.

Francisco Miguel Duarte

Nasce a 18 de dezembro de 1907, em Baleizão. Com 13 anos torna-se aprendiz de sapateiro, participando na dinamização das associações profissionais dos sapateiros e trabalhadores rurais. Em 1932 adere ao PCP e em 1935, já em Moscovo, frequenta a Escola Leninista, vindo a conviver com José Gregório, Bento Gonçalves e Álvaro Cunhal. Em 1937 regressa a Portugal, passando de imediato à clandestinidade, assumindo a responsabilidade do Comité Local de Lisboa. Em 1938 é detido na Praça do Marquês de Pombal. Francisco Miguel foi preso por 5 vezes (1938, 1939, 1947, 1950 e 1960), sendo o último preso a permanecer sozinho no campo de concentração do Tarrafal, antes de ser transferido para Lisboa em janeiro de 1954. É um dos protagonistas da fuga de Peniche e, meses depois, preso em Caxias, integra a fuga coletiva no carro blindado de Salazar. No início dos anos 70 participa, dirige

e planifica as operações desencadeadas pela Ação Revolucionária Armada, com o objetivo de sabotar o aparelho militar colonial portugueses.

Joaquina Gomes Martins

Natural do Barreiro, casada com Joaquim Caetano Rebelo, é presa a 24 de novembro de 1942, numa tipografia clandestina situada em Algueirão, Sintra. Sujeita a julgamento, é absolvida.

Joaquim Caetano Rebelo ou

Joaquim Cândido Martins Rebelo

Serralheiro nas Oficinas dos Caminhos-de-Ferro do Sul e Sueste, participa numa jornada de agitação e propaganda organizada pelo PCP, no Barreiro, em fevereiro de 1935. Consegue fugir à ação da polícia política, indo para Espanha, participando na guerra civil ao lado das forças republicanas. Regressa a Portugal em fevereiro de 1940. Aquando da apreensão da tipografia de Algueirão, a sua presença é identificada, mas mais uma vez consegue fugir à polícia política.

Sérgio Vilarigues

Nasce a 23 de dezembro em Torredeita, Concelho de Viseu. Em 1932, adere à

Federação das Juventudes Comunistas Portuguesas e em 1935 ao PCP. Em setembro de 1934 é preso, passando então por diferentes esquadras de polícia e prisões políticas - Aljube, Peniche, Angra do Heroísmo, vindo a incorporar a primeira leva de prisioneiros com destino ao campo de concentração do Tarrafal. Regressa ao continente em julho de 1940 e integra o grupo que promove a reorganização do Partido Comunista. No III Congresso, ocorrido em 1943, é eleito para o Comité Central. Em 1947 passa ao secretariado do Comité Central, assumindo a direção do *Avante!* durante 16 anos. Foi responsável por diferentes organizações regionais (Algarve, zona sul do Tejo, Beiras, Minho, Trás-os-Montes), assumindo também a responsabilidade pela Secção Internacional. Em Paris por altura do 25 de Abril, Sérgio Vilarigues vai ser o último dirigente comunista a sair da clandestinidade, só regressando definitivamente ao país em setembro de 1974.

Alice Capela

Nasce em 1941 em Póvoa de Santa Iria, filha de militantes comunistas. O pai de Alice, José Parente Capela passa à clandestinidade quando esta tem 10 anos de idade, sendo seguido pela mulher (Aurora da Piedade Dinis)

e a filha um ano depois. Com 12 anos, Alice Capela está numa casa clandestina e com 16 anos passa a trabalhar numa tipografia. Conhece o seu futuro companheiro, Adelino Pereira da Silva numa instalação ilegal e em 1960 teve o seu único filho, Alfredo, num parto ocorrido em casa, com grandes dificuldades. Em Janeiro de 1963, Adelino Pereira da Silva é preso. Alice Capela passa por diferentes “pontos de apoio”, até voltar a juntar-se à mãe, numa tipografia clandestina. Em 1964 mudam para uma nova instalação na Charneca do Lumiar, sendo presas no dia 13 de dezembro. Levadas para Caxias, ela e a mãe são colocadas na mesma cela. Acompanhava-as Alfredo, de 4 anos de idade, o qual seria entregue ao seu irmão mais velho. Interrogada, foi sujeita à tortura do sono. Estava presa há um ano e meio quando, a 6 de abril de 1966, casa com Adelino da Silva, então a cumprir pena no Forte de Peniche. Alice esteve presa cinco anos, saindo em liberdade condicional em setembro de 1969.

Carlos Pires

Nasceu em Julho de 1939, em Ílhavo. Em junho de 1955, um mês antes de fazer 16 anos, entra com a mãe na clandestinidade, juntando-se ao pai

que já se encontrava numa instalação clandestina, com Sofia Ferreira. Carlos Pires viveu na clandestinidade entre junho de 1955 e abril de 1974, sendo na clandestinidade que conhece a sua futura mulher, Maria Fernanda Silva. Trabalhou como tipógrafo durante 17 anos, tendo sido ele quem imprimiu o último *Avante!* clandestino.

Adelino Pereira da Silva

Nasce em Alvalade, Santiago do Cacém, em fevereiro de 1937. Operário metalúrgico, adere ao PCP em 1956, passando à clandestinidade em 1959. Em 1962 integra o Comité Local de Lisboa, sendo responsável pelas organizações das zonas Oriental e Ocidental. A 31 de Janeiro de 1963 é preso na casa clandestina da Rua General Justiniano Padrel, nº 19, 3º D. Sujeito a interrogatório, é espancado e torturado, não prestando declarações. Julgado em Tribunal Plenário, é condenado a 4 anos mais medidas de segurança. Esteve preso durante 7 anos, passando pelo Aljube, Caxias e Peniche, casando com Alice Capela em 6 de abril de 1969, quando estava em Peniche e a sua mulher no Forte de Caxias. É libertado em 1969.

Margarida Tengarrinha

Nasce a 7 de Maio de 1928, em Portimão. Na Escola Superior de Belas-Artes, adere ao MUD Juvenil e entretanto conhece o colega e futuro companheiro José Dias Coelho. Em 1952 adere ao PCP, integrando a Comissão Democrática de Mulheres. A partir de 1954, vive com Dias Coelho numa situação de semi-clandestinidade, e no ano seguinte “mergulham” definitivamente, ficando ambos responsáveis por uma oficina de falsificação de documentos. Assume também a responsabilidade de editar *A Voz das Camaradas* e a revista *Portugal-URSS*. Redatora do *Avante!* entre 1956 e 1961, escreve em parceria com Dias Coelho o livro *Crónicas da Resistência em Portugal*, editado pela primeira vez no Brasil. Após o assassinato de Dias Coelho vai para Moscovo, onde trabalha diretamente com Álvaro Cunhal, e posteriormente para Bucareste, onde assume tarefas como redatora da Rádio Portugal Livre entre 1964 e 1967. Participa como delegada ao VI Congresso do PCP ocorrido em Kiev em 1965. Em 1968 regressa a Portugal e assume novamente a função de redatora do *Avante!*, assumindo também a edição dos jornais clandestinos sectoriais *Têxtil e Terra*.

José Dias Coelho

Nasce a 19 de junho de 1923 em Pinhel. Em 1942 matricula-se no curso de arquitetura na EBAL (Escola de Belas-Artes de Lisboa), ligando-se à Federação das Juventudes Comunistas e posteriormente ao PCP. Em 1949 é preso pela PIDE por ocasião da campanha eleitoral de apoio a Norton de Matos. Em 1954 ele e Margarida Tengarrinha passam a viver numa situação de semi-clandestinidade, situação que se concretiza em 1955, habitando o casal à época na Av. Rio de Janeiro, nº 4 – 4º andar traseiras, onde é instalado um Gabinete Técnico de Falsificações. Em 1960, em parceria com a Margarida Tengarrinha, escreve o *Crónicas da Resistência em Portugal*, sendo da sua autoria o primeiro e terceiro capítulos. É assassinado pela PIDE a 19 de dezembro de 1961. Pertencia então à Direção da Organização Regional de Lisboa, sendo o responsável pelo sector intelectual. Assassinado por agentes pertencentes à brigada de José Gonçalves, o funeral viria a ocorrer dias depois, a 26 de Dezembro no cemitério de Benfica. Em 1977, apenas um dos envolvidos na sua morte – António Domingues – foi condenado, com a pena de 3 anos e 6 meses de prisão.

Teodósia Vagarinho Gregório

Nasce a 11 de janeiro de 1935, na freguesia de S. Cristóvão, concelho de Montemor-o-Novo, começando a trabalhar no campo durante a infância. Passou à clandestinidade com 19 anos de idade, conhece o seu futuro companheiro, Afonso Gregório. Em 1959 Afonso Gregório é preso, sendo libertado dez anos depois. Durante esse período, Teodósia permanece na clandestinidade, saindo após a libertação de Afonso, por este se encontrar com a saúde bastante debilitada. Posteriormente, e face à iminência de nova prisão do companheiro, instalam-se em Bruxelas, permanecendo emigrados até ao 25 de Abril.

**MUSEU DO ALJUBE
RESISTÊNCIA E LIBERDADE**

**LISBOA
A PARTIR DO
ALJUBE**

OS CLANDESTINOS

Um itinerário pelas casas
clandestinas do período
da ditadura

Textos de Apoio

ORGANIZAÇÃO

Museu do Aljube
Resistência e Liberdade

COORDENAÇÃO

Vanessa Almeida

Mais informações: www.museudoaljube.pt
info@museudoaljube.pt / (+351) 215 818 535
Rua de Augusto Rosa, 42, 1100-059 Lisboa

Imagem da capa: Vista da Exposição Permanente
do Museu do Aljube, "Reunião Clandestina".



**MUSEU DO ALJUBE
RESISTÊNCIA
E LIBERDADE**

EGEAC